



FACULDADE DA REGIÃO SISALEIRA

BACHARELADO EM PSICOLOGIA

GLENDIA SANTOS DA GAMA

**ENTRELACE ENTRE A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR E O
ADOECIMENTO PSÍQUICO: contribuições da Psicologia escolar no enfrentamento a
violência nas escolas**

**Conceição do Coité – BA
2023**

GLENDASANTOS DA GAMA

**ENTRELACE ENTRE A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR E O
ADOECIMENTO PSÍQUICO: contribuições da Psicologia escolar no enfrentamento a
violência nas escolas**

Artigo científico apresentado ao curso de Psicologia da Faculdade da Região Sisaleira como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Esp. Aderilson Anunciação Oliveira

**Conceição do Coité – BA
2023**

Ficha Catalográfica elaborada por:
Carmen Lúcia Santiago de Queiroz – Bibliotecária
CRB: 5/001222

G14 Gama, Glenda Santos da
Entrelace entre a violência no contexto escolar e o adoecimento
psíquico: contribuições da Psicologia escolar no enfrentamento a
violência nas escolas/Glenda Santos da Gama. – Conceição do
Coité:FARESI,2023.
25f.il..

Orientador: Prof. Esp. Aderilson Anunciação de Oliveira.
Artigo científico (bacharel) em Psicologia. – Faculdade, da
Região Sisaleira (FARESI). Conceição do Coité, 2023.

1 Psicología. 2 Escola. 3 Violência. 4 Adoecimento Psíquico. 5
Saúde mental. I I Faculdade da Região Sisaleira – FARESI.II
Oliveira, Aderilson Anunciação de. III Título.

CDD:362.2

**ENTRELACE ENTRE A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR E O
ADOECIMENTO PSÍQUICO: contribuições da Psicologia escolar no enfrentamento a
violência nas escolas**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, pela Faculdade da Região Sisaleira.

Aprovado em 13 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Aderilson Anunciação de Oliveira / aderilson.oliveira@faresi.edu.br

Josélia Silva Carneiro / joselia.silva@faresi.edu.br

Márcia Daiane Silva dos Santos / marcia.daiane@faresi.edu.br

Rafael Reis Bacelar Antón/ rafael.anton@faresi.edu.br



Rafael Reis Bacelar Antón
Presidente da banca examinadora
Coordenação de TCC – FARESI

**Conceição do Coité – BA
2023**

ENTRELACE ENTRE A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR E O ADOECIMENTO PSÍQUICO: contribuições da Psicologia escolar no enfrentamento a violência nas escolas

Glenda Santos da Gama¹

Aderilson Anunciação de Oliveira²

RESUMO

Após a família, a escola é o contato social mais importante para a criança, onde acontece o desenvolvimento da aprendizagem, o desenvolvimento social, cultural e emocional, devendo ser um espaço confiável, prazeroso e principalmente seguro. Entretanto, atualmente a realidade escolar é marcada por diversas formas de violência. O adoecimento psíquico decorrente deste fenômeno é um dos fatores que mais impacta a vida de um estudante, demandando uma grande atenção da ciência psicológica. Desta forma, este artigo tem por objetivo analisar a violência e seus impactos no adoecimento psíquico dos alunos, através de revisões bibliográficas. As bases de dados pesquisadas foram: Scientific Electronic Library (SCIELO), Repositório Universitário da Ânima (RUNA), Brazilian Journal of Development (BJD), Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO), Minerva Magazine of Science (MMS) e Revista Temas em saúde (RTS), resultando em 17 artigos selecionados que discutem os impactos da violência escolar na vida dos estudantes e como a Psicologia pode contribuir para minimizar esses efeitos. Todos os artigos revisados respondem aos objetivos deste trabalho.

Palavras-chave: Escola. Violência. Adoecimento Psíquico. Saúde mental.

ABSTRACT

After the family, school is the most important social contact for the child, where learning, social, cultural and emotional development takes place, and must be a reliable, pleasurable and, above all, safe space. However, currently the school reality is marked by various forms of violence. Psychic illness resulting from this phenomenon is one of the factors that most impacts a student's life, demanding great attention from psychological science. Therefore, this article aims to analyze violence and its impacts on students' mental illness, through bibliographical reviews. The databases researched were: Scientific Electronic Library (SCIELO), Repositório Universitário da Ânima (RUNA), Brazilian Journal of Development (BJD), Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO), Minerva Magazine of Science (MMS) and Revista Temas in health (RTS), resulting in 17 selected articles that discuss the impacts of school violence on students' lives and how Psychology can contribute to minimizing these effects. All reviewed articles respond to the objectives of this work.

Keywords: School. Violence. Psychic Illness. Mental health

¹Graduanda do Curso de Psicologia – Faculdade da Região Sisaleira, e-mail: glenda.gama@faresi.edu.br

² Professor no Curso de Psicologia da Faculdade da Região Sisaleira, E-mail: Aderilson.oliveira@faresi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Depois da família, a escola é o contato social mais importante para a criança, onde acontece a socialização, a absorção da cultura e o desenvolvimento da aprendizagem. Devendo ser um espaço confiável, prazeroso e principalmente de segurança para crianças e adolescentes. Destaca-se que tais sujeitos passam grande parte do seu tempo nesse ambiente, além de ser fundamental para o desenvolvimento destes indivíduos, carecendo ser um dos contextos sociais que estimule as habilidades intelectuais e sociais, além do aprimoramento do senso crítico em relação aos conhecimentos produzidos pela sociedade (Pereira; Williams, 2010).

De acordo com Liberal *et al.* (2005), a Organização das Nações Unidas (ONU) fundamenta que a definição de segurança humana deve estar centrada no desenvolvimento do ser humano, abrangendo a segurança de todos os cidadãos no seu cotidiano: nas vias públicas, no trabalho, na escola, no lazer, no lar.

Desta forma, o autor complementa ao pontuar que todas as crianças e adolescentes brasileiras têm seus direitos assegurados por lei através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, que assegura a este público todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. O estatuto deixa tal questão explícita no seu artigo 5º quando diz que: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990, p.13).

Entretanto, o cenário atual através da mídia, jornais, redes sociais e outros meios de divulgação estão a todo o momento mostrando a realidade escolar atual, como: professores sendo ameaçados e agredidos, alunos sendo vítimas de *bullying* e racismo, tráfico e uso de drogas dentro e no entorno das escolas e até mesmo casos de mortes. Causando assim medo e insegurança para toda comunidade escolar (Pereira; Williams, 2010). Portanto, a violência escolar se mostra uma crescente gradativa na sociedade contemporânea e os seus inúmeros casos podem ocasionar desde o comprometimento da saúde física e/ou psicológica, até casos de óbito, seja aquele provocado a outros ou o auto infligido.

De acordo com dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) a violência escolar cresceu em 50% no ano de 2023 comparado ao ano de 2022. Entre janeiro e setembro do presente ano, foram registradas cerca de 9.530 denúncias pelo Disque 100 (Brasil, 2023). O site da G1 (2023) ainda divulgou em sua página que em 2023 o Brasil apresentou um

índice histórico de violência escolar, especialmente em relação à agressão contra professores por meio de intimidação, abuso verbal e violência física, todas tidas como “normalizadas” por parte dos agressores que podem envolver alunos, pais/cuidadores de alunos e outros sujeitos da comunidade escolar.

Conforme Salas (2023), o adoecimento psíquico é a consequência de múltiplos fatores e na vida dos estudantes não seria diferente. A autora aponta a importância do cuidado no que diz respeito a assumirmos uma postura reducionista sobre a violência escolar, independente da gravidade em que ocorra. Cabe também atenção em relação ao processo de patologização da violência e do contexto, o que acaba por anular o tensionamento de outras variáveis, como por exemplo a conjuntura socioeconômica que atravessa o sujeito. A perspectiva biomédica, estabelecida historicamente como instrumento de alienação, se mobiliza em muitos desses eventos objetivando a produção de diagnósticos psicológicos que tendem a ser precoces, descontextualizados, individualizantes e estigmatizantes, reforçando estereótipos do tipo: todo estudante que sofre ou pratica violência escolar tem adoecimento psíquico. Todavia, tais reflexões não devem desconsiderar os impactos psicológicos que a violência escolar pode gerar na vida do estudante.

Pensando nessa realidade, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a violência e seus impactos no adoecimento psíquico dos estudantes. Assim, surge como problema de pesquisa: quais os impactos da violência escolar no desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes? Com a finalidade de responder a tal questionamento, este trabalho tem como objetivos específicos conceituar a violência escolar; analisar as manifestações da violência no ambiente escolar e como ela pode trazer impactos negativos para o estudante; destacar a importância do profissional da psicologia escolar nesses espaços, a fim de minimizar os impactos da violência, bem como prevenir a violência dentro da escola.

Outrossim, o presente trabalho é de grande relevância, pois proporcionará não só aos profissionais da área de psicologia, mais de outras áreas, especialmente da educação, e a sociedade como um todo, um olhar ampliando sobre os múltiplos fatores envolvidos na violência escolar, bem como seus impactos psicológicos na vida dos estudantes, além da sistematização e disseminação do conhecimento da Psicologia no contexto escolar proporcionando medidas de preventivas, mitigativas e corretivas ao adoecimento psicológico dos membros que compõe a comunidade escolar.

2 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho justifica-se por possibilitar aplicabilidades na área educacional quanto ao enfrentamento da violência escolar, promovendo uma ótica integralizadora sobre tal realidade e a sua intersecção com os indivíduos que participam da comunidade escolar. Portanto, a sua segurança e saúde mental destes precisam ser preservadas como estratégia de desenvolvimento e fortalecimento da cidadania.

Entendendo-se que as contribuições e desafios da Psicologia Escolar frente a violência escolar ainda é uma questão pouco explorada tanto no contexto acadêmico, através de grades curriculares/extracurriculares, quanto nas políticas públicas que visam atuar de modo preventivo frente a violência escolar. Como desdobramento disto, tem-se a elaboração e execução de intervenções pouco ou nada assertivas nestes espaços no que tange a temática.

O presente estudo ainda poderá contribuir na produção de saberes a respeito da violência escolar, além de difundir informações mais corretas e precisas frente a questão, e ainda tem potencial para colaborar com o processo de psicoeducação em relação a temática por meio da apresentação dos desafios e benefícios que as discussões sobre a temática podem produzir, tanto para os membros da comunidade escolar, quanto para toda a sociedade civil. Destaca-se ainda que atuar na prevenção e combate das violências é também atuar na promoção de saúde física e psicológica.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa que explora uma diversidade de metodológica a fim de dar conta daquilo que se propõe. Neste aspecto ela tem-se o viés descritivo, utilizando-se de revisão bibliográfica qualitativa, do tipo exploratória e sistemática, que possibilita obtenção do maior número possível de informações sobre o tema proposto, visando tornar o problema em questão mais explícito, além de contribuir para a elaboração de hipóteses.

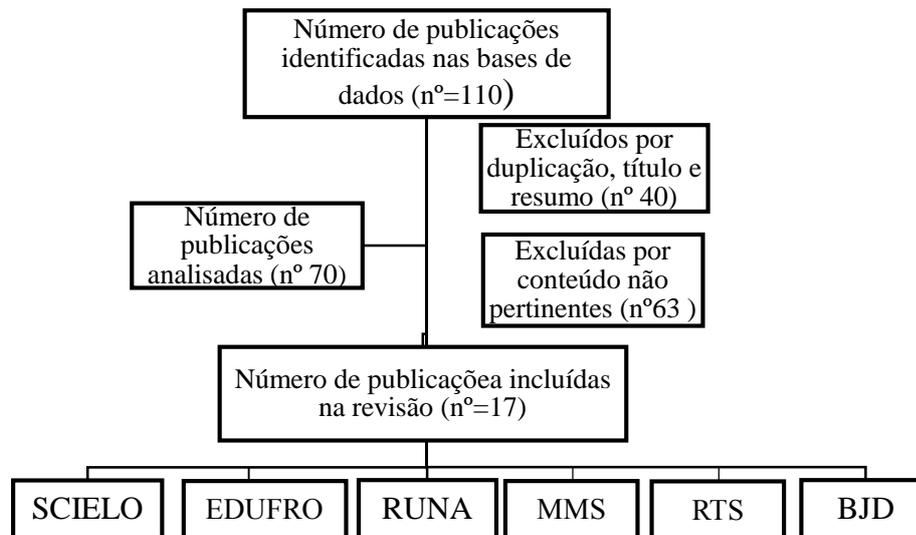
Para Gil (2002) as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (p. 42). Ainda segundo o autor supracitado o fato dela contar com uma revisão bibliográfica demarca que os referenciais utilizados nela são aqueles publicados em livros e artigos científicos, destaca-se que “boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas” (p. 44).

O cunho qualitativo da pesquisa, por sua vez, traz como possibilidade a descrição de pormenores relativamente a pessoas, locais e conversas e possibilita um tratamento estatístico mais complexo que as pesquisas de cunho quantitativo (Bogdan; Biklen, 2013). Essa abordagem favorece ainda para que se tenha melhores condições e maior profundidade de observação das questões que se busca investigar. Gil (2002), defende que a “análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação” (p. 133).

Tendo em vista que a pesquisa qualitativa necessita de estratégias para o alcance de resultados, este trabalho está organizado da seguinte forma: A primeira fase desta pesquisa corresponde a pesquisa bibliográfica, considerando a sua importância na construção eficaz em um processo de investigação, na qual ocorrerá o levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações pertencentes à pesquisa, a partir de livros, artigos científicos, revistas e sites especializados, que assistam à pesquisa. Na segunda fase deste trabalho, foi desenvolvida uma análise do material selecionado, a fim de compreender de que forma a violência pode impactar na aprendizagem e conseqüentemente no adoecimento psíquico do aluno. E por fim, na terceira fase da pesquisa haverá a análise e reflexão acerca do prisma utilizados pelos autores na abordagem de tais questões.

Numa perspectiva temporal fora realizada a delimitação por período, visando selecionar os materiais mais recentes que foram publicados entre os anos de 2010 e 2023. O material utilizado teve como base de dados artigos nacionais que foram levantados através dos sites de periódicos eletrônicos, entre eles: o Scientific Electronic Library (SCIELO), o Repositório Universitário da Ânima (RUNA), o Brazilian Journal of Development (BJD), a Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO), a Minerva Magazine of Science (MMS) e Revista Temas em saúde (RTS), como descritores utilizou-se “escola”, “violência” “adoecimento psíquico” e “saúde mental”.

Como critério de inclusão foram selecionados todos os periódicos em idiomas português, inglês e espanhol, sejam eles artigos, monografias e/ou teses, indexados na base de dados e disponibilizados na íntegra. O material constituiu-se de trabalhos científicos que versavam sobre a violência escolar e o adoecimento psíquico. Os critérios de exclusão foram periódicos que não correspondiam com a temática do estudo.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

4 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Discorrer sobre o livro Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos de José Carlos Libâneo é fundamental para este trabalho uma vez que em seus capítulos, o livro faz referências as modalidades de práticas escolares e de que forma estas formavam os alunos.

Libâneo (2014, p.03) inicia o seu livro discorrendo que:

A prática escolar consiste na concretização das condições que asseguram a realização do trabalho docente. Tais condições não se reduzem ao estritamente "pedagógico", já que a escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade concreta que, por sua vez, apresenta-se como constituída por classes sociais com interesses antagônicos.

Neste capítulo inicial o autor evidencia que a postura pedagógica docente é fundada em prescrições de senso comum ou modismos pedagógicos. Desta forma, em seguida o autor critica o conteúdo dos cursos de licenciatura, alertando que os componentes curriculares, do modo como desenvolvidos, não incluem de forma consistente um trabalho de instrumentalização teórica que fundamente as práticas pedagógicas à luz das várias teorias da aprendizagem e do ensino ou, se tratam, não as fazem de forma conexa à realidade escolar.

Outro ponto levantado pelo autor é a caracterização da pedagogia tradicional e a pedagogia nova, em que a tradicional apresenta tendência tecnicista e teorias crítico-reprodutivistas o que dificulta o fazer pedagógico uma vez que o professor sabe os movimentos

e os princípios da escola nova, mas sua realidade não oferece condições para instaurar esta escola, uma vez que a realidade em que os professores atuam é a tradicional, assim estes vivenciam um conflito do fazer pedagógico no contexto escolar, correndo o risco de serem vistos como agentes repressores.

O autor segue os próximos capítulos divididos em partes A e B em que a primeira parte define e caracteriza sobre a Pedagogia Liberal e segunda parte sobre a Pedagogia Progressista. A respeito da Pedagogia Liberal o autor relata que esta:

(...) sustenta a idéia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papeis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual (Libâneo, 2014, p.06).

Entretanto, esta forma de Pedagogia voltada à cultura individual de acordo com o autor “esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições” (Idem, 2014, p. 06). É importante observar que autor enfatiza que historicamente seus fundamentos são da pedagogia tradicional e da manifestação da sociedade capitalista. O que não atende as necessidades educacionais de grande parte dos alunos no contexto escolar.

Já a Pedagogia progressista segundo o autor se manifesta em três tendências:

(...) a libertadora, mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire, a libertária, que reúne os defensores da autogestão pedagógica; a crítico-social dos conteúdos que, diferentemente das anteriores, acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais (p. 19-21).

Nesta forma de Pedagogia o autor evidencia uma relação no contexto escolar de valorização da experiência vivida como base da relação educativa, de forma não autoritarista em que os processos de aprendizagem valorizam mais a formação de grupos, a participação e discussões dos alunos a uma relação conteudista.

Desta forma, este tipo de fazer pedagógico valoriza e atende mais a inserção e prática social concreta, popular, “não-formal” sendo a escola mediadora da relação do aluno com a sociedade, proporcionando ao aluno uma assimilação ativa dos conteúdos transmitidos a sua realidade, resultando em um saber criticamente reelaborado.

O livro de Paulo Freire “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”, só reforça o que já foi citado por Libâneo a respeito de uma prática pedagógica liberal e libertadora que valoriza os saberes e realidades de cada aluno dentro um contexto escolar.

Freire (1966) inicia o seu livro com uma mensagem na capa afirmando que ninguém é submetido a autonomia de ninguém e no primeiro capítulo já discorre esta ideia trazendo uma reflexão sobre a prática progressista ou conservadora através de exemplos cotidianos em que evidenciam que a Teoria de ensino é vista muitas vezes para o aluno como mecânica e repetitiva e a prática como ativista o que faz com que o autor defina que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (IDEM, 1966, p. 13).

No capítulo primeiro o autor aponta que na escola o professor não deve somente ensinar os conteúdos exigidos aos alunos, mas também mostrar como pensar e ambos vão se transformando a partir de um pensamento crítico, para isto o ensino deve se basear em pesquisas aprofundadas dos diversos assuntos, sendo o educador curioso e instigando a curiosidade dos seus alunos.

O autor ainda recomenda que no contexto escolar que todos precisam respeitar os saberes e os conhecimentos dos educandos, principalmente, de classes populares, uma vez que é possível aproveitar a experiência de quem vive em áreas descuidadas pelo poder público para discutir os problemas enfrentados por lá. Já que para o autor desenvolver a criticidade do aluno é gerar a superação da ingenuidade, transformando uma curiosidade ingênua por epistemológica. E conclui neste capítulo que os educadores devem se assumir como seres sociais e históricos, comunicadores, transformadores e criadores, porém sem excluir ninguém. A dimensão individual e de classe dos educandos, com a questão de identidade cultural, devem ser respeitadas.

No capítulo dois o objetivo de Freire é evidenciar que um docente não transfere seus conhecimentos aos alunos, mas que deve abrir novas possibilidades para a construção própria e a do indivíduo. Sendo assim, deve estar aberto a indagações, perguntas e críticas.

Desta forma, segundo o autor, não é interessante que o professor somente explique a matéria teoricamente, mas que der exemplos práticos envolvendo o contexto do aluno. Advertindo que caso isso não seja seguido, o ensino perde a eficácia, porque os alunos passam a não acreditar no que o docente diz, uma vez que de acordo com Freire o ser humano não é completo, é inacabado, ou seja, ensinar exige a consciência do inacabado.

E por fim, no capítulo três Freire enaltece que ensinar exige segurança, competência profissional, generosidade, compromisso, liberdade, autoridade e não autoritarismo, tomada de consciência, exercício da escuta e disponibilidade para o diálogo e querer bem para os educandos. Para o autor são com essas práticas que a educação formará pessoas capazes de

atuar positivamente na mudança do mundo com coragem para enfrentar as circunstâncias e conhecimento para transformar o ambiente.

Modena (2016) em seu livro “Conceitos e formas de Violência” define que o conceito de violência além de ambíguo, é complexo e resulta em vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. Quanto às formas de violência o autor afirma que são numerosas, sendo difícil de elencá-las de modo satisfatório. Ela ainda afirma que a violência na sociedade cada vez mais se multiplica e se inova sendo impossível evitá-la por completo. Por isto, cabem aos estudiosos se aprofundarem mais sobre o tema para refletir sobre as suas origens, a natureza e as consequências morais e materiais.

A autora ainda divide a violência em duas formas: natural e artificial. Sendo a primeira inerente a todos os seres humanos, ninguém está livre dela. Já a segunda forma envolve um excesso de força de uns sobre outros, algo fora do estado natural, ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas.

Especialmente na categoria sobre “Violência e Agressividade” o autor aponta que toda a estrutura social é constituída e atravessada por agressividade, com suas leis e instituições, o que beneficia o convívio social e reprime o que ele chama de tendências autodestrutivas, colocando o esporte como o melhor exemplo de agressividade sem violência. Neste caso, a autora define agressividade como mola propulsora que leva a humanidade a evoluir, diferente de violência que para o autor é violar algo ou alguém.

Por fim, o livro busca elucidar o quanto o termo de violência é complexo e muitas vezes particular ao indivíduo, quando a autora traz um exemplo do cotidiano, ao conduzir o leitor a observar uma abordagem policial na saída de uma boate contra um grupo de adolescentes sendo revistados, para os telespectadores esta abordagem estar correta, pois os policiais estão cumprindo com o seu dever. Mas se tal ato fosse contra alguns dos telespectadores, ou contra seus amigos ou familiares, provavelmente tal “cumprimento de dever” passaria a ser visto como “ato de violência” (MODENA, 2016, p. 136-137).

Conforme Silva e Salles (2010), consequentemente, a violência é caracterizada pelo ato de brutalidade podendo ela ser física ou psicológica contra alguém. Ela não pode ser limitada a atos físicos, podendo se manifestar através de signos, preconceitos, metáforas, desenhos, isto é, por qualquer coisa que possa ser visto como ameaças. É o desrespeito e negação do outro, a violação de direitos humanos, a exclusão, a corrupção, ao desemprego, a concentração de renda, ao autoritarismo e as desigualdades presentes na sociedade brasileira.

Pereira e Williams (2010) também conceituam a violência como ato de uso intencional da força física ou poder, em forma de ameaça ou praticada, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulta ou tem uma grande possibilidade de ocasionar ferimentos, morte, consequências psicológicas negativas, mau desenvolvimento ou privação.

Os autores supracitados ainda conceitualizam a violência escolar em duas categorias: “agressões verbais, que compreendem xingamentos, desrespeito, ofensas, modos grosseiros de se expressar e discussões e violência não verbal (agressões físicas, destruição de material, roubo, etc.)” (Idem, 2010, p. 51). Outras definições que os autores categorizam são: violência direta e violência indireta. A violência direta engloba ações que podem ser físicas (como chutar, bater, empurrar, roubar) ou verbais (apelidos, insultos). Já a violência indireta diz respeito a ações com o objetivo de fazer com que uma pessoa seja discriminada e/ou excluída de seu grupo social, como por rumores ou disseminação de boatos.

Outrossim, a violência escolar ocorre a partir de pequenos incidentes cotidianos podem gerar efeitos tão desestabilizadores quanto o de um único ataque grave, pois situações como ameaças, brigas, provocações e bate-bocas se agravam, de modo a ocorrer episódios de violência de maior potencial danoso, tornando-se mais difícil para a escola à contenção e o remediar de tais eventos, ainda mais se tais comportamentos são incentivados e beneficiados socialmente por seus pares podendo ser considerado de “menor gravidade” para de “maior gravidade” e isto pode gerar efeitos devastadores (Pereira; Williams, 2010).

De acordo com o capítulo 3 no subtítulo “Agressividade entre Pares: Excesso de intolerância”, Viana e Francischini (2016) apontam que no contexto escolar há vários tipos de violência, mas consideram a mais grave, a violência continuada e repetida, também conhecida como bullying ou agressividade entre pares que consistem em agressões repetidas que vão desde receber um apelido até um empurrão gerando exaustão as vítimas que podem levar a evasão escolar.

Diante dos fatos, as autoras em suas pesquisas observam que a agressividade entre os pares no contexto escolar não comporta qualquer relação com o meio social e econômico dos envolvidos, ou seja, a associação comumente estabelecida entre pobreza, miséria e violência, não se sustenta, uma vez que, a maioria das relações de violência está mais propensa à exclusão social. Desta forma, o sentimento de pertença à escola é fundamental para o combate à violência.

Embora para as autoras a violência escolar não deva ser pensada fora do contexto, ou associada a pobreza, elas concluíram que a condução da escola pode concorrer com fatores externos, isto inclui a forma como os professores se relacionam com os alunos, com os pais e

com toda a comunidade escolar e a forma como a escola é administrada. Nesta dinâmica, quando a equipe escolar é unida e acolhedora explica o motivo pelo qual comunidades pobres e desfavorecidas conseguem evitar a violência no interior de suas escolas e assim os pais veem sentindo na educação escolar dos seus filhos e um sentimento de pertencimento à instituição escolar.

As autoras concluem que para diminuir a violência escolar, conforme Freud, a escola precisa criar condições para facilitar a identificação dos alunos entre si e com a escola e seus membros, uma vez que quando se cria interesses identitários gera sentimentos de pertencimento a aquele local. Entretanto, a escola deve saber que não haverá garantia de que a agressividade estará para fora de seus muros, já que para Freud nenhuma manifestação de agressividade promove a segregação e acirra a violência.

Conforme, as autoras Assis *et al.* (2010) “A infância e a adolescência são fases de desenvolvimento contínuo e de intenso processo de maturação” (p. 179). As experiências nessas fases da vida deixam pontos de registros, e, apesar de poderem ser reparadas ou reconstruídas, costumam deixar impactos ou marcas importantes.

Desta forma, de acordo com as autoras qualquer forma de violência contra a criança ou ao adolescente se torna uma experiência de vida subjetiva e especialmente difícil. Apontando que estes públicos são vulneráveis aos efeitos negativos da violência. O que podem acarretar não só danos físicos, mas fortemente emocionais, psicológicos e cognitivos, alterando a sensibilidade da criança ou do adolescente e as suas formas de lidar com os problemas a curto e longo prazo de suas vidas.

Dito isto, as autoras compreendem que a violência escolar impacta diretamente a relação das crianças e adolescentes com as suas emoções, com os seus comportamentos e com as suas funções cognitivas. “No entanto, reconhecer essas consequências não é fácil. Ainda mais difícil é perceber a relação entre a vivência de violência e os problemas emocionais e cognitivos dos alunos” (Assis *et al.*, 2010, p. 184).

Para elas, alguns dos efeitos emocionais e comportamentais que a violência escolar pode gerar e desenvolver adoecimento psíquico para os alunos são: “a ansiedade patológica, o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), a depressão, as queixas somáticas, a agressividade e o comportamento transgressor da criança ou do adolescente” (Assis *et al.*, 2010, p. 185).

A ansiedade patológica de acordo com livro supracitado em alunos costuma ser caracterizada por mal-estar físico, aflição e agonia constantes que prejudicam a rotina do aluno

em todos os ambientes, uma vez que este vive assustado, em alerta devido o medo de se repetir situações de violência. A TEPT também decorre da vivência de situações difíceis e, muito frequentemente, de eventos violentos. Envolve intenso medo, impotência ou horror, com revivência da situação dolorosa a partir de recordações, sonhos aflitivos, sofrimento intenso e fuga dos espaços ou de ambientes que propiciaram tal experiência (Lenhardtk; Calvetti, 2017).

A depressão em decorrências de violências escolares, segundo as autoras são muito comuns e pouco percebidas pelos familiares e profissionais de educação. A intensa inibição, timidez, isolamento, tristeza e apatia são marcas da depressão, assim como outros sinais que podem expressar a convivência com situações violentas. As autoras ainda ressaltam que a violência psicológica envolve hostilidade, rejeição e crítica severa ao comportamento e à aparência da criança ou do adolescente, é a que mais influi no aparecimento e no desenvolvimento da depressão (Valle *et al.*, 2015).

Quanto aos comportamentos agressivos e transgressores, as autoras apontam que muitos estudos atribuem a reações de situações de maus tratos sofridos ou testemunhados pela criança ou pelo adolescente, especialmente quando estes ocorrem no ambiente familiar e também no ambiente escolar por parte dos pais, professores e até colegas da escola. Tais ocorrências podem impulsionar a criança ou adolescente a atos infracionais com sérias violações de regras sociais, destruição de objetos e patrimônio, defraudação, furtos e roubos (Papalia; Feldman, 2013).

Para Assis *et al.* (2010), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) também é apontado pelas autoras como um problema cada vez mais frequentes no ambiente escolar atingindo muitas crianças que em sua maioria estão envolvidas em situações de bullying. Entretanto, elas afirmam que na prática, tais comportamentos costumam resultar de uma interação de fatores e não meramente de uma reprodução direta da violência. Já que os diversos ambientes que esses alunos frequentam também contribuem muito para esses comportamentos, influenciando o estado emocional e comportamental da criança ou do adolescente.

Por fim, as autoras apontam que em uma Pesquisa Nacional intitulada Escola e Violência (Abramovay, 2002), promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 2001, aponta que os alunos que apresentavam graves atos de violência na escola, como a sexual ou envolvendo arma de fogo, declararam mais: 1) falta de concentração; 2) ambiente escolar pesado; 3) diminuição da qualidade das aulas; 4) falta de vontade de ir às aulas; 5) dificuldades na interação com professores e outros alunos; 6) desejo

de vingança da agressão sofrida. Evidenciando nítidos sinais e sintomas cognitivos e psicológicos/emocionais afetados.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio do livro *Violência e preconceitos na escola: contribuições da Psicologia* pontua que a Psicologia e Educação são as principais áreas de estudo sobre a violência e o preconceito escolar com potentes referenciais para a compreensão dos fenômenos da violência, sendo a Psicologia a principal área que pontua e atende as subjetividades envolvidas em cada caso (CFP, 2015).

Para o autor supracitado, ambas as áreas têm potencial para construir formas de enfrentamento da violência e dos preconceitos na comunidade escolar, criando espaços mais saudáveis e seguros aproximando escola-comunidade, potencializando os sentimentos de pertença e acolhimento das famílias e alunos na escola, sem julgamentos, visando “escutar” o aluno e responsáveis, conhecer seus interesses, suas habilidades e dificuldades, melhorando assim o ambiente escolar.

Este livro aponta que um dos papéis da Psicologia para a prevenção da violência escolar é estimular e criar vínculos/laços dos alunos e responsáveis com a escola a fim de proporcionar um espaço de convivência para prevenir e minimizar a violência na escola, abrindo possibilidade de diálogo como forma de evitar a depredação do patrimônio e sensibilizar a comunidade da importância do ambiente escolar (CFP, 2015).

Por fim, as principais estratégias pontuadas pelo CFP (2015) no que diz respeito ao enfrentamento da violência no contexto escolar pela Psicologia deve ocorrer por meio da criação de núcleo de apoio às escolas para orientar a equipe escolar, pais e alunos na mediação da violência e do preconceito, o desenvolvimento de redes de contato para estabelecimento de melhoria das relações interpessoais e desenvolvimento do clima social; o estabelecimento de grupos permanentes de pesquisa (multidisciplinares), com participação ativa das escolas, a fim de fomentar e desenvolver conhecimentos relativos aos temas da violência e preconceito que envolvam a comunidade acadêmica e os coletivos escolares em suas discussões; e também pela promoção de ações que visem o estímulo à promoção de um espaço de sociabilidades e desenvolvimento integral do aluno através do esporte, lazer e cultura com diferentes formas de expressão artística e esportiva, para que sejam trabalhadas as dimensões do lúdico, do corporal e do cultural dos sujeitos que convivem nas escolas, por meio de atividades tanto na escola como em outros equipamentos públicos e da comunidade (CFP, 2015).

Outro material de grande relevância orientativa para a prática da/o psicóloga/o escolar é o documento intitulado “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação

Básica”, que teve a sua segunda edição lançada em 2019. Nele o CFP (2019) coloca que o papel da psicologia frente à violência escolar consiste em conhecer as múltiplas determinações da atividade educacional, intervir e desenvolver trabalhos envolvendo toda a comunidade escolar - professores, pais, funcionários, estudantes, tendo como princípio a coletividade, visando ao bem de todos no enfrentamento das violências.

Traz ainda que a atuação de psicólogos(os) nas escolas se defronta diariamente com o desafio da violência e cabe a estes profissionais construir conhecimentos e práticas que venham acolher a diversidade, as expressões do humano, dos jovens, crianças e adultos, sendo está uma tarefa fundamental de enfrentamento (CFP, 2019).

Por fim, os autores evidenciam que a finalidade da atuação do psicólogo na Educação em enfrentamento a violência escolar deve se pautar no compromisso com a luta por uma escola democrática, de qualidade, que garanta os direitos de cidadania a crianças, jovens e profissionais da Educação.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Etimologicamente, a violência vem de força, e significa: tudo que age usando força para ir contra a natureza de algum ser; todo ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar) (Marques, 2023).

De acordo com os artigos selecionados para este trabalho, Silva e Coutinho (2020) conceituam violência indicando vários tipos, a exemplo de: preconceitos, agressões físicas e verbais, *bullying*, homofobia, violência contra a mulher, entre outras. E afirmam que elas ocorrem quando alguém ou um grupo de pessoas utiliza intencionalmente a força física ou o poder para ameaçar, agredir e submeter outras pessoas, privando-as de liberdade, causando algum dano psicológico, emocional, deficiência de desenvolvimento, lesão física ou até a morte.

Barroco *et al.* (2021), compreendem a violência como um processo histórico e social, que se acirra em condições de desigualdade e precarização da vida e que, portanto, os homens não são naturalmente violentos. “É histórica porque é um fenômeno dinâmico, que se transforma ao longo do tempo tanto em sua expressão como em sua identificação. E é social porque é forjada coletivamente, tanto em sua atuação como em seu significado” (p.20).

Semelhantemente Bispo e Lima (2014) em seus estudos também conceitualizam a violência em duas concepções, a primeira de raiz etimológica/histórica, vinculada ao

substantivo latino *violentiae*, que significa veemência, impetuosidade e força e a segunda, a violência no laço social que envolve jogos de poder das relações sociais

Já Lima (2020) define a violência no contexto escolar como um fenômeno multifacetado, tendo diversas definições conforme o escopo delineado para se entender tal fenômeno. Em seu trabalho ele define a violência como a incapacidade de expressar simbolicamente o que se deseja, recorrendo-se a ações destrutivas, que possuem o potencial de desorganizar o processo de ensino-aprendizagem e enfraquece as relações sociais no interior da escola ao contemplar atos de vandalismo, indisciplina, mas também atos cotidianos de desrespeito e incivilidades.

“A violência nas escolas não é um fenômeno recente nem exclusivo de nosso país, mas apenas recentemente ela passou a ser fonte de preocupação e interesse social, levando a um incremento de pesquisas sobre o tema” (Bispo e Lima, 2014, p. 165). Os autores ainda pontuam que no Brasil, esse tema vem ganhando muito espaço nas discussões e pesquisas acadêmicas, especialmente a respeito do crescente desinteresse pela aprendizagem escolar devido o aumento da violência nas escolas que evidencia a crise escolar. Os autores ainda afirmam que a violência impacta na relação entre aluno com a escola e com os educadores e alertam que os métodos educacionais não podem ser pautados na centralização do poder e no reforço do controle, que levam ao aumento da violência (IDEM, 2014).

Conforme os estudos de Carvalho *et al.* (2021), a violência escolar é um fenômeno que já faz parte dos problemas sócio-políticos do país. Trata-se de uma questão multicausal e complexa que demanda ainda análises e estudos mais aprofundados e têm decorrências históricas e sociais que envolvem fatores como questões familiares, abuso e violência doméstica, carências sociais, influências negativas, dentre outros fatores. Os autores ainda afirmam que essas condições externas à escola impactam diretamente no desenvolvimento psicológico e emocional dos alunos, bem como, afetando o desenvolvimento escolar e social, o que impacta diretamente no desenvolvimento psicossocial das vítimas, causando transtornos nocivos que podem persistir até a vida adulta.

Os estudos de Barroco *et al.* (2021) também pontuam que os impactos sociais e emocionais da violência escolar decorrem de fatores multicausais pois sua ocorrência expressa a intersecção de três conjuntos de variáveis independentes: o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego, origem socioespacial, religião, escolaridade dos pais, status socioeconômico) e o comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões).

Entretanto, Lima (2020), propõe que a violência escolar pode ser gerada por educadores com formação falha, quando falta ao professor competência administrativa de uma sala de aula ou controle estratégico didático e, assim, o comportamento e produtividade dos alunos faz com que esse docente grite, esbraveje e até mesmo agrida verbalmente o aluno ou seus valores. O que pode impactar na redução da autoestima do aluno, abandono da criança dentro de sua própria sala.

Para os estudos de Marques *et al.* (2019), o contexto familiar impacta diretamente na violência escolar através de situações de risco e vulnerabilidade, como o uso de álcool e drogas, comportamentos de risco, questões de saúde mental, como a depressão, ideação suicida são descritas como fatores adicionais para que haja práticas de violência no contexto escolar por parte dos filhos. Os autores ainda apontam que três características recorrentes como: o estado civil dos pais, a condição socioeconômica e a escolaridade dos mesmos são fatores que se repetem no impacto da educação social dos filhos que protagonizam contextos de violência escolar, uma vez que o exemplo absorvido no ambiente externo pode ser reproduzido na escola.

Outro ponto apontado pelos autores é a comunicação inadequada e provocações em relação à aparência das crianças e adolescentes, por parte dos pais, na fase escolar que contribuem para a violência, especialmente envolvimento em casos de *bullying* ou *ciberbullying* (*bullying* por meios eletrônicos). Por outro lado, a família pode contribuir para a vitimização, se for configurada como superprotetora, causando a insegurança na vítima, principalmente se houver uma intrusão e monitoramento excessivo da criança ou adolescente por parte dos pais. Tudo isto, segundo os autores impacta o aluno podendo tornar-se um adulto agressivo quando a agressão sofrida na infância não for superada, causando problemas nos relacionamentos, no ambiente de trabalho, em casa e chegando a reproduzir os mesmos atos sofridos.

Já para Silva e Coutinho (2020) a violência escolar não impacta apenas os alunos como toda a comunidade escolar e até mesmo territorial e que tal situação, conforme os últimos periódicos acadêmicos, vem afetando a qualidade de vida do professor, tendo em vista que a condição de trabalho arriscada e tensa favorece a adoecimentos fisiológicos e emocionais afetando consequentemente a qualidade de ensino.

Os estudos de Carvalho *et al.* (2021) pontuam que o profissional de psicologia possui um papel essencial no enfrentamento a violência escolar, uma vez que ele atua na prevenção e no acolhimento das vítimas, que podem apresentar manifestações psíquicas a longo prazo como consequência da agressão e contribuem para estratégias melhorando a relação entre a tríade (família, aluno e comunidade escolar).

O autor ainda aponta que o psicólogo auxilia a escola na construção de espaços e relações mais saudáveis atuando como agente de mudanças, capaz de promover reflexões a respeito do tema da violência, garantindo a construção de boas relações e evitando o surgimento de qualquer forma de violência nas escolas através de recursos como palestras, oficinas, material informativo e promoção de campanhas com apoio da equipe multidisciplinar. O psicólogo ainda atua na mediação de conhecimentos, valores, normas e atitudes positivas, auxiliando tanto os profissionais quanto os alunos a lidarem com suas emoções, criando espaços para a expressão de afeto e contribuindo para a reflexão e melhoria das relações sociais na escola.

Marques *et al.* (2019) também reconhecem o papel do psicólogo escolar frente à violência dando ênfase que o trabalho de combate à violência escolar precisa ser realizado de forma integrada entre família, escola, comunidade e organizações para que consigam encontrar as melhores soluções e a violência seja minimizada, reduzindo também a violência quando chegam à idade adulta, valorizando as potencialidades dos jovens e não menosprezando suas limitações.

Os autores ainda sinalizam que é dever do psicólogo escolar oportunizar ações e ambientes seguros e favoráveis à manutenção de saúde mental, além da solidificação de habilidades pessoais para irem à luta por uma cidadania melhor, especialmente na fase em que tanto o aluno sofre tentando dar significados e definições dos seus “eus”.

Já Bispo e Lima (2014) apontam as contribuições da psicologia escolar por meio do incentivo a projetos preventivos a violência escolar e que se atentem para a escuta dos sujeitos envolvidos em situações de conflitos, possibilitando uma construção coletiva do respeito à palavra e do que é dito.

Por fim, Lima (2020) reconhece a psicologia escolar como fomentadora de reflexões aos profissionais educacionais acerca da violência escolar como fator social que pode gerar adoecimento psíquico não só aos alunos que ali vivenciam, como também aos educadores que intermediam.

Nesta categoria, os artigos selecionados pontuam estratégias para prevenir a violência escolar, sendo importante ressaltar uma maior atenção a esta temática para futuros trabalhos acadêmicos, tendo em vista que a prevenção é ainda o melhor caminho para evitar a violência. Carvalho *et al.* (2021) sugeriu como estratégias que é preciso conscientizar os profissionais ligados ao espaço escolar sobre as violências mais comuns no contexto escolar, a fim de que eles possam atentar-se para sinais de violência, procurando neutralizar os agressores bem como

assessorar as vítimas e transformar os espectadores em principais aliados. Além disso, algumas iniciativas preventivas como o aumento da supervisão na hora do recreio e intervalo; evitar em sala de aula atitudes como menosprezo, apelidos, ou rejeição de alunos, por qualquer que seja o motivo, além de promover debates sobre as várias formas de violência, respeito mútuo e a afetividade, tendo como foco as relações humanas contribuem para um ambiente mais saudável. Outra estratégia é a parceria efetiva e contínua entre os pais e a escola.

Lima (2020) também pontua em seus estudos estratégias que otimizem a relação entre escola e familiares no enfrentamento a violência escolar, visando prestigiar a participação dos alunos, de suas famílias e da sociedade no debate acerca dos problemas relacionados à escola e em sua solução. Dentre elas, o autor cita, a realização de palestras, debates e encontros sempre com a participação ativa de alunos, professores, comunidade escolar e família dos alunos. Outra estratégia também são os meios de comunicação que facilitam o registro e divulgação eletrônica de ocorrências de agressão ou ameaça, nas escolas e nas secretarias de educação.

Já Bispo e Lima (2014) apontam como estratégia para a prevenção de violência nas escolas à mudança de medidas puramente proibitivas, precisando autorizar os sujeitos a respeitarem-se a si mesmos, para que eles possam se reconhecer na sociedade, respeitando as suas palavras dentro um espaço coletivo. Desta forma, a escola ao invés de buscar propostas somente de natureza coercitiva, precisa investir em projetos educacionais que garantam a participação ativa de cada um na vida social.

Outras estratégias apontadas nos estudos de Marques *et al.* (2019) dizem a respeito da preparação e orientação da comunidade escolar na identificação, diagnóstico e encaminhamento dos casos de violência escolar. Também sinalizam ensinamentos ricos sobre moral, limites, respeito, cidadania e comunicação eficaz, além de buscar trabalhar a resiliência. E por fim, apontam a estratégia em focalizar nas testemunhas e incluí-las nos programas de prevenção, pois estas tanto podem incentivar quanto inibir as ações do agressor, sendo necessário promover conhecimentos sobre as formas e tipos de violências escolares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos revisados apontaram diversos impactos, especialmente psíquicos/emocionais, na vida dos alunos que vivenciam violência no contexto escolar, os textos ainda foram capazes de indicar possíveis estratégias que a/o Psicóloga/o Escolar pode utilizar a fim de mitigar os impactos desta problemática na sua atuação junto a comunidade escolar.

No que tange a conceitualização das múltiplas violências destaca-se que elas decorrentes de processos históricos e sociais de causas multifacetadas e por conseguinte não se podem ser observadas de modo individualizado e/ou pontual, mas carece de um olhar ampliando e contextualizado, trazendo uma investigação dos ambientes nos quais o indivíduo estar inserido. Desta forma, a violência escolar e os seus impactos não iniciam e nem terminam na escolar, mas é produzida e reproduzida a partir de questões desenvolvidas historicamente.

Quanto aos impactos negativos da violência escolar na vida dos estudantes, os artigos, livros e outros materiais selecionados para este trabalho pontuam que de modo geral além que fragilizar a relação do aluno e os seus responsáveis com a escola, podem desenvolver e/ou potencializar transtornos emocionais, comportamentais e cognitivos na vida dos estudantes que repercutem em suas vidas a longo prazo, gerando sérias dificuldades de aprendizagem e até mesmo evasão ou abandono escolar.

Assim, a Psicologia, em especial a Psicologia Escolar, como ciência e profissão se dedica a entender este fenômeno e contribuir para minimizar e prevenir esta problemática através da construção de estratégias transdisciplinares que aproximem os membros da comunidade escolar por meio do fortalecimento de vínculos, valorização das diversidades, tendo como base metodológica escuta qualificada e acolhimento das pessoas que compõe esse contexto, de modo mais atento os estudantes, pois eles compõem o grupo mais vulnerável dentro da escola.

É ainda importante destacar que não só os profissionais da Psicologia podem atuar como colaboradores nessa transformação social e conjuntural. Os profissionais do Serviço Social são parceiros importantes no processo de criação de espaços de reflexão, diálogo, apoio a projetos e orientação em relação a questões escolares relacionadas a atos violentos e preconceituosos, afinal o combate à violência carece da viabilização de acesso a políticas públicas. Portanto, a inserção dos psicólogos escolares e assistentes sociais na rede básica contribui para a construção de uma gestão mais democrática e expressão de questões sociais na escola e na construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e à diversidade.

Por fim, este trabalho sugere novas pesquisas mais específicas sobre esta temática, de preferência a campo, avaliando instituições escolares não só públicas como privadas para maiores parâmetros e comparações sobre os impactos emocionais da violência escolar, uma vez que curiosamente um dos artigos selecionados para este trabalho aponta que o índice de *bullying* em instituições escolares privadas são ainda maiores, provando que esta forma de violência não tem relação com condições socioeconômicas dos alunos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. e RUA, M. G. Violências nas escolas: revisitando a literatura. *In: Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ASSIS, Simone Gonçalves *et al.* **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. Editora FIOCRUZ, 2010. 270 p., il., graf.

BARBOSA, JEAN CARMO *et al.* **A violência escolar: diagnóstico e propostas de solução**, – Brasília: ICPD; CEUB, 2021.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Violência nas escolas: Brasil registra mais de 50 mil violações de direitos humanos entre janeiro e setembro de 2023**. 03 de nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/disque-100-2023-registra-aumento-de-cerca-de-50-para-violencia-nas-escolas-em-comparacao-a-2022>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica / **CFP**, 2. Ed. Brasília, 2019.

_____. *Violência e preconceitos na escola: contribuições da Psicologia*. **UFMT/CFP**. Cuiabá, 2015.

G1. **Brasil tem histórico de alto índice de violência escolar: veja dados sobre agressão contra professores**. Portal G1. 10 de nov de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/03/27/brasil-tem-historico-de-alto-indice-de-violencia-escolar-veja-dados-sobre-agressao-contra-professores.ghtml>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 77p.

LENHARDTK, Gabriela; CALVETTI, Prislá Ücker. Quando a ansiedade vira doença?: Como tratar transtornos ansiosos sob a perspectiva cognitivo-comportamental. **Aletheia**, Canoas, v. 50, n. 1-2, dez. 2017, p. 111-122.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 37.

LIBERAL et al. Escola Segura. **Artigo de Revisão**. J. Pediatr. (Rio J.) 81 (5 suppl). Nov 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/8sLR3tHL5z6tFh6m97567Bp/?lang=pt>. Acesso em: 09 de out. de 2023.

MODENA, Maura Regina. Conceitos e formas de violência. Caxias do Sul-RS: **Educs**, 2016, p. 174.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed/McGrawHill, 12. Ed, 2013. 793p.

PEREIRA, Ana Carina Stelko; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente, **Temas em Psicologia** - 2010, Vol. 18, no 1, 45 – 55.

SALES, Gabriella. Como lidar com medo causado em crianças e adolescentes por ataque à escola. **Revista Folha de S. Paulo**, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2023/03/como-lidar-com-medo-causado-em-criancas-e-adolescentes-por-ataque-a-escola.shtml>. Acesso em: 09 de out. de 2023.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula; SALLES, Leila Maria Ferreira. A violência na escola: abordagem teórica e propostas de prevenção. **Educar em Revista**, Curitiba, p. 217-232, 2010.

VALLE, Jéssica Elena *et al.* Bullying, vitimização por funcionários e depressão: Relações com o engajamento emocional escolar. **Psicol Esc Educ** [Internet]. v. 19, ed. 03, 2015, p.463–473.

VIANA, Meire Nunes & FRANCISCHINI, Rosângela. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Brasília. Conselho Federal de Psicologia, 2016, p. 215.